

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim dos meses de Fevereiro e Março será apresentado um comentário sobre o balanço das negociações coletivas em 2006, a conjuntura econômica no Brasil neste início de ano, indicadores econômicos como mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, o Índice do Custo de Vida na Região Metropolitana de São Paulo e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura - Fevereiro e Março de 2007

José Calixto Ramos – Presidente

Alessandra de Moura Cadamuro - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -
CEP: 70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

E-mail: cnti@cnti.org.br Site: www.cnti.org.br

ÍNDICE

- I - BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EM 2006
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

1 – BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EM 2006

O ano de 2006 apresentou o melhor resultado das negociações de reajustes salariais desde a implantação, em 1996, do SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários, desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Esse resultado positivo foi verificado na quase totalidade das 656 negociações analisadas no ano: mais de 96% delas garantiram, no mínimo, a manutenção do poder de compra dos salários estipulados na data-base anterior, através da incorporação da variação acumulada do INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Favorecidas pelo desempenho econômico – mesmo que insatisfatório – e pela inflação estabilizada em patamares muito inferiores aos tradicionalmente vigentes no Brasil, as entidades sindicais representativas dos trabalhadores asseguraram, em 86% das negociações registradas no SAS-DIEESE, reajustes superiores à inflação, o que significa que, na grande maioria delas, foram conquistados ganhos salariais reais em relação ao ano anterior.

É de se supor que essa recuperação, embora extremamente positiva, ainda não seja suficiente para compensar as perdas salariais apuradas entre meados da década de 90 e início dos anos 2000. De 1996 a 2003, cerca de 43% das negociações praticadas resultaram na obtenção de reajustes inferiores ao INPC-IBGE. Em 2003, quando foi constatado o pior resultado das negociações de reajustes salariais desde que o DIEESE

passou a acompanhá-los de forma sistemática, quase 60% das unidades de negociação então observadas não garantiram sequer a reposição inflacionária e menos de 20% obtiveram aumentos reais de salários (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 1996 a 2006

Ano	Acima do INPC-IBGE		Igual ao INPC-IBGE		Abaixo do INPC-IBGE		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1996	120	51,9	9	3,9	102	44,2	231	100,0
1997	184	39,1	73	15,5	213	45,3	470	100,0
1998	141	43,5	64	19,8	119	36,7	324	100,0
1999	111	35,1	46	14,6	159	50,3	316	100,0
2000	190	51,5	56	15,2	123	33,3	369	100,0
2001	214	43,2	97	19,6	184	37,2	495	100,0
2002	123	25,6	134	27,9	223	46,5	480	100,0
2003	103	18,8	125	22,8	320	58,4	548	100,0
2004	361	54,9	171	26,0	126	19,1	658	100,0
2005	459	71,7	104	16,3	77	12,0	640	100,0
2006	562	85,7	70	10,7	24	3,7	656	100,0

Fonte: DIEESE

Quando se considera a distribuição dos reajustes salariais inferiores e superiores à variação do INPC-IBGE em intervalos de porcentagem, observa-se que a grande maioria dos percentuais negociados que ultrapassaram a variação deste índice (74%) o superaram em até 3% e aproximadamente 12%, em mais de 3%. Por outro lado, todos os registros de reajuste

inferior à variação do INPC-IBGE situaram-se, no máximo, em 1% abaixo deste índice (Tabela 2). Em 2005, este resultado foi característico de 75% dessas negociações

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2006

Varição	nº	%
Acima do INPC-IBGE	562	85,7
Mais de 5% acima	14	2,1
De 4,01% a 5% acima	17	2,6
De 3,01% a 4% acima	45	6,9
De 2,01% a 3% acima	132	20,1
De 1,01% a 2% acima	184	28,0
De 0,01% a 1% acima	170	25,9
Igual ao INPC-IBGE	70	10,7
Abaixo do INPC-IBGE	24	3,7
De 0,01% a 1% abaixo	24	3,7
Total	656	100,0

Fonte: DIEESE

Além disso, se for considerada, apenas a distribuição dos reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE, (Tabela 3), os dados referentes a 2006 são ainda melhores que os do ano anterior. Em 2005, pouco mais da metade das negociações que resultaram em aumento real o excederam em mais de 1%. Já em 2006, 70% dos aumentos superaram essa faixa. Isso revela que, além da maior incidência de reajustes salariais acima do

INPC-IBGE, houve também um aumento da magnitude desses percentuais.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE
Brasil – 2005 e 2006

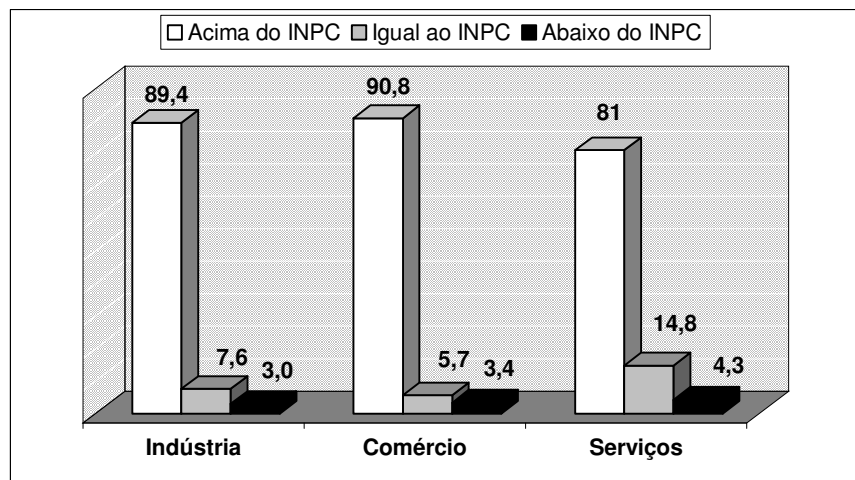
Varição	2005			2006		
	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
De 0,01% a 1% acima	222	48,4	48,4	170	30,2	30,2
De 1,01% a 2% acima	161	35,1	83,5	184	32,7	63,0
De 2,01% a 3% acima	53	11,5	95,0	132	23,5	86,5
De 3,01% a 4% acima	19	4,1	99,1	45	8,0	94,5
De 4,01% a 5% acima	3	0,7	99,8	17	3,0	97,5
Mais de 5% acima	1	0,2	100,0	14	2,5	100,0
Total	459	100	-	562	100	-

Fonte: DIEESE

A distribuição dos reajustes salariais pelos setores econômicos mostra que a proporção de percentuais equivalentes ou maiores que a variação do INPC-IBGE é praticamente igual na indústria (96,9%), no comércio (96,5%) e nos serviços (95,8%). No entanto, a frequência de aumentos reais de salários é menor no setor de serviços: 81% contra 91% no comércio e 89% na indústria.

GRÁFICO 1

Distribuição dos reajustes salariais por setores econômicos em relação ao INPC-IBGE
Brasil, 2006



Fonte: DIEESE

Se observarmos os ramos da indústria podemos verificar o bom resultado das negociações no setor. De acordo com a Tabela 4 boa parte das negociações observadas obtiveram reajustes superiores ao INPC-IBGE.

TABELA 4

Distribuição dos reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE por ramos da Indústria
Brasil - 2006

Setor/ramo	Total	Reajustes iguais ou superiores ao INPC-IBGE	
		nº	%
INDÚSTRIA	264	256	97,0
Alimentação	40	40	100,0
Artefatos de Borracha	3	3	100,0
Artefatos de Couro	1	1	100,0
Cinematográfica	1	1	100,0
Construção e Mobiliário	53	50	94,3
Extrativista	8	8	100,0
Gráfica	10	10	100,0
Metalúrgica	49	48	98,0
Papel, Papelão e Cortiça	5	5	100,0
Química e Farmacêutica	12	12	100,0
Têxtil	23	23	100,0
Urbana	34	30	88,2
Vestuário	23	23	100,0
Vidros e Cristais	2	2	100,0

Fonte: DIEESE

No que diz respeito à data-base, a grande maioria das negociações observadas – cerca de 80% – ocorreram no primeiro semestre do ano. Apenas 136 registros (21%) foram efetuados no período compreendido entre julho e dezembro. Maio é o mês que concentra o maior volume de negociações, totalizando 225 ou 35%.

É importante notar que o percentual de categorias com aumentos reais de salários é ainda mais significativo no segundo semestre. Esse comportamento deve-se, em especial, à queda da inflação acumulada associada ao aumento do nível de atividade econômica, o que amplia a possibilidade de ganhos reais.

Os resultados das negociações que se materializam em convenções coletivas de trabalho (documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e entidades sindicais representativas das empresas) têm sido mais vantajosos que os verificados entre os acordos coletivos de trabalho (documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas).

Os reajustes que não alcançaram o INPC-IBGE tiveram maior frequência entre os acordos - 9% - do que entre as convenções – 3%.

A análise dos reajustes salariais por região geográfica mostra que as negociações coletivas de trabalho mais bem-sucedidas foram as empreendidas em âmbito nacional, que garantiram, na sua totalidade, aumentos reais em relação ao INPC-IBGE. Na Região Nordeste, 98% dos percentuais aplicados aos salários se equiparam, no mínimo, ao índice inflacionário. No Sudeste,

esse percentual equivaleu a 97% e no Sul e Norte, a 95%. A Região Centro-Oeste apresentou o resultado menos favorável: 8% dos reajustes salariais negociados ficaram aquém da variação do INPC-IBGE, o que correspondeu ao dobro do percentual médio registrado para todo o país, que foi de 4%.

Quanto à forma de pagamento dos reajustes negociados, 97% foram integralmente incorporados aos salários no momento da data-base, ou seja, somente 3% foram aplicados de forma parcelada durante o período de vigência da convenção ou acordo coletivo de trabalho. Entre estes, apenas um, em 21 documentos, dividia a aplicação do percentual em mais de duas vezes. Esta prática, muito utilizada em contextos desfavoráveis à negociação coletiva, tem sido cada vez mais rara nos últimos três anos e tende a se manter em baixa enquanto os patamares inflacionários estiverem nos níveis atuais, dado que, nesse cenário, a concessão do reajuste integral na data-base ocasiona um impacto na folha de pagamento das empresas bem menor do que em períodos de inflação elevada.

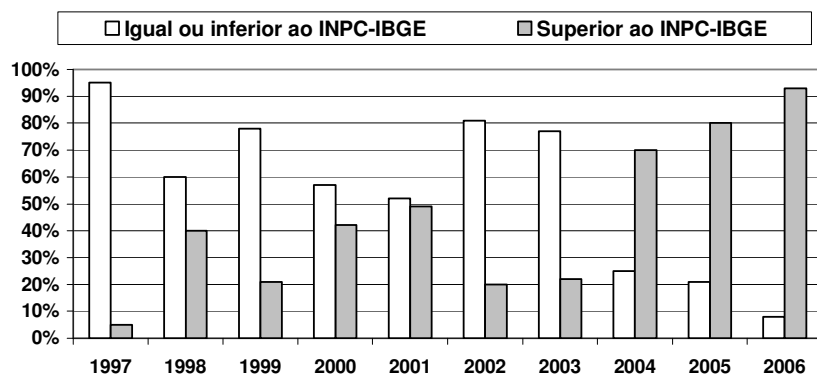
A presença de reajustes escalonados, ou seja, a aplicação de percentuais de reajuste diferenciados por faixas salariais, atingiu 14% das negociações. Este tipo de reajuste foi muito utilizado pelas políticas salariais que vigoraram nos anos 80 e visavam rebaixar os salários mais altos, dado que, na maioria, previam a aplicação de percentuais inferiores aos índices inflacionários sobre as faixas salariais mais altas e limitavam-se a recompor o poder de compra das faixas salariais mais baixas. Entretanto, o escalonamento pode se constituir em mecanismo para uma desejada redução do leque salarial vigente, se conciliar a elevação do poder de compra dos salários mais baixos com a manutenção do poder aquisitivo dos salários mais altos.

No Gráfico 2, pode-se observar que o escalonamento foi

utilizado como instrumento de rebaixamento salarial de 1997 até 2003, quando a maior parte dos percentuais de reajuste associados a escalonamento era inferior ao INPC-IBGE. Em 2004, essa tendência se inverteu: mais de 70% das negociações que o previram haviam garantido reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE, proporção que chegou a 80% em 2005. Em 2006, quase a totalidade dos reajustes escalonados - 93% - se deu com base em percentuais que ultrapassaram a variação do INPC-IBGE.

GRÁFICO 2

Distribuição dos reajustes escalonados em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 1997 a 2006



Fonte: DIEESE

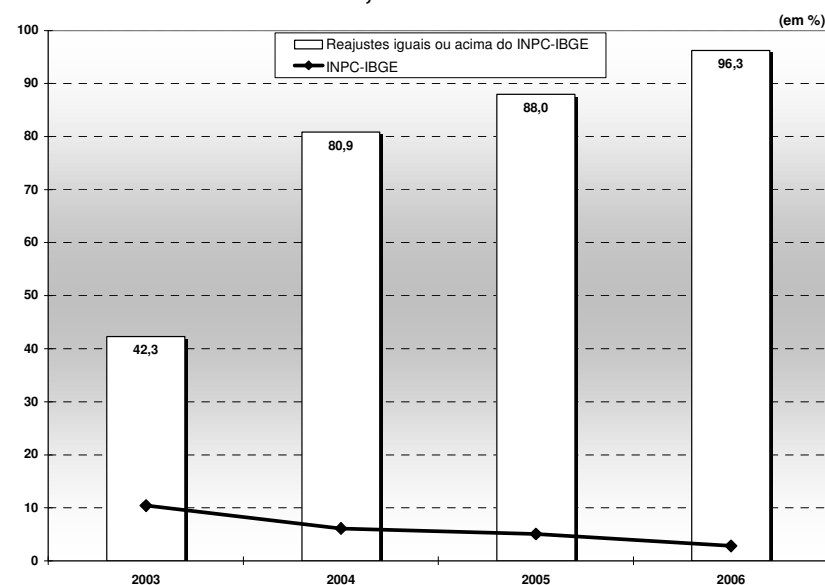
Foram bastante positivos os resultados da negociação de reajustes salariais em 2006, ano que se caracterizou por baixos patamares inflacionários e pelo crescimento – embora insuficiente - da economia nacional. O Gráfico 3, a seguir, mostra simultaneamente o comportamento da inflação acumulada entre 2003 e 2006 e a proporção de reajustes

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

negociados que recompuseram o poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores ou asseguraram ganhos reais no mesmo período. Na medida em que o INPC-IBGE acumulado no ano regrediu, passando de 10,38%, em 2003, para 2,81%, em 2006, aumentaram os percentuais de categorias que conquistaram, no mínimo, a recomposição da inflação. Assim, em 2003, pouco mais de 40% das unidades de negociação analisadas garantiram resultados positivos em um cenário de inflação de 10% a.a. Já com inflação inferior a 3% a.a, quase a totalidade das negociações registradas atingiu esses resultados.

GRÁFICO 3

Variação anual do INPC-IBGE e percentual de negociações com reajuste salarial igual ou acima do INPC-IBGE
Brasil, 2003 a 2006



Fonte: DIEESE

A redução da taxa de inflação também revela com maior nitidez

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

os baixos salários praticados no país, o que impulsiona o movimento sindical a negociar a ampliação dos atuais patamares da remuneração do trabalhador e intensifica sua luta na disputa pela distribuição da renda.

Neste contexto, merecem destaque os ganhos reais conquistados nos processos de negociação coletiva, que elevam os patamares salariais no momento da data-base e, diante da inflação controlada, podem significar aumento efetivo do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Estudos e Pesquisas nº 33 .

Acesse www.dieese.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

No início do ano dois assuntos movimentaram a economia brasileira: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a revisão do PIB pelo IBGE.

O Programa é um conjunto de ações que visam o crescimento da economia brasileira. O diferencial é que o PAC redefine o papel do Estado, trazendo de volta a idéia do planejamento do crescimento, que está na sua própria concepção. O centro do Programa são os investimentos em infra-estrutura, cuja maturação é lenta e que pouco tem atraído os capitais privados, que têm outras opções de investimentos com lucros mais imediatos.

O programa de investimentos proposto pelo PAC, coloca o Estado não como investidor, mas como indutor e articulador do crescimento. As empresas privadas serão estimuladas a investir a partir das renúncias fiscais. De qualquer forma o PAC é um programa que aumenta a intervenção do Estado na economia. A estratégia do PAC é claramente gradualista. Trata-se de gerar um círculo virtuoso entre: diminuição de impostos, elevação dos investimentos, elevação do financiamento, aceleração do crescimento, geração de emprego e renda, aumento da arrecadação, desoneração de impostos novamente, e assim por diante.

O Programa, como se sabe, não altera o fundamental da política econômica que foi desenvolvida no primeiro Governo Lula, baseada no tripé: superávit primário das contas públicas, câmbio flutuante e metas de inflação (com autonomia para o Banco Central fixar juros).

A idéia de quebrar com o que tem sido o dilema fundamental da

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

economia brasileira nos últimos tempos - não cresce porque não tem infra-estrutura e não tem esta porque a economia não cresce – é fundamental. A espinha dorsal do PAC é a expansão do investimento público em até 0,5 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, até 2010. A intenção é investir R\$ 503,9 bilhões em quatro anos, mas somente R\$ 67,8 bilhões virão do Orçamento da União. O restante viria de outras fontes: empresas estatais (especialmente a Petrobrás) e do setor privado.

O grosso dos investimentos seria destinado a área de energia: R\$ 274,8 bilhões em quatro anos, sendo que R\$ 179 bilhões, viriam da Petrobrás (vale lembrar que estes valores seriam investidos pela Petrobrás com ou sem o PAC).

O IBGE divulgou, em 21 de março, um novo método de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). A revisão da metodologia de cálculo do PIB é uma adequação às mudanças apresentadas pela economia e também a métodos mais modernos de aferição da realidade. Os institutos de estatísticas periodicamente revêm suas metodologias, à luz das mudanças da realidade estudada. Frequentemente os técnicos percebem a disponibilidade de dados que antes não estavam disponíveis e observam, por outro lado, defasagens em relação a outras informações, revisando assim a metodologia. O PIB no Brasil começou a ser calculado na década de 1940 e a última revisão havia sido feita em 1997.

A nova metodologia passa a usar também novas fontes de informações. Uma mudança importante é o uso das informações anuais da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que serão fornecidas pela Receita Federal. O IBGE vai utilizar também as informações sistematizadas pelas quatro pesquisas anuais que realiza - indústria, comércio, serviços e construção

civil - que trazem já um volume significativo de informação, que pode ser aproveitado para o cálculo do PIB.

A mudança de metodologia, que implica em uma nova ponderação do peso dos setores, aumentou bastante, por exemplo, o peso dos serviços no cálculo do PIB. O setor financeiro e a administração pública aumentaram também sua importância nos anos mais recentes.

O principal efeito da mudança de metodologia de cálculo do PIB foi a diminuição do peso da agropecuária, que, na metodologia anterior representava 8% do PIB e, com a revisão, passou a representar 5,6% do produto. O peso da indústria caiu de 37,9% para 30,3% e o setor de serviços teve sua participação no PIB aumentada de 54,1% para 64%.

A revisão dos números do PIB divulgada pelo IBGE não mudam a realidade, mas mudam o método de aferição da mesma, possivelmente tornando-o mais preciso. Nos últimos meses o fluxo de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil voltou a aumentar. O ingresso bruto – que desconta as repatriações de capital realizadas pelas empresas multinacionais – alcançou US\$ 33,4 bilhões nos 12 meses terminados em janeiro. Este montante se aproxima da média verificada entre 1998 e 2001, de US\$ 34,6 bilhões, período em que as privatizações - nos setores de telefonia, energia e bancos estaduais – estavam no auge. É possível que os novos números do PIB aumentem o apetite do investidor estrangeiro pelo Brasil.

Devido a revisão, uma excelente notícia, é a de que a relação dívida pública líquida/PIB, que é o mais importante indicador de solvência das contas públicas, caiu. Esta relação é calculada em 50% para 2006 e, com os dados divulgados ficou em 45%. Um número que, pelo cenário econômico estimado pelo PAC, o

Brasil só atingiria em 2010. É claro que este indicador se mantém ainda muito ruim já que o normal para países emergentes é um percentual em torno dos 25%. Mas não deixa de ser uma ótima notícia, que melhora a expectativa dos chamados agentes econômicos.

Pelas novas contas caiu também a carga tributária em 2005. Era estimada em 37,4% e ficou em 33,7%. Estes números vão obrigar o governo a rever inclusive os números que baseiam o cenário projetado pelo PAC. Com os novos números, a média de crescimento do PIB nos três primeiros anos do governo Lula passou de 2,75% para 3,23%. Isto aconteceu em função da revisão de 2003 (0,5% para 1,1%), de 2004 (4,9% para 5,7%) e 2005 (2,3% para 2,9%) conforme podemos verificar na Tabela 1.

TABELA 1
Taxa de crescimento do PIB
Brasil – 2003 - 2006

<i>(em %)</i>		
Período	Variação do PIB	Variação do PIB após revisão
2003	0,5	1,1
2004	4,9	5,7
2005	2,3	2,9
2006 (**)	3,0	3,5

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE

Notas: (*) Média anual; (**) Projeção do Banco Central do Brasil.

Uma informação negativa é a de que a taxa de investimento de 2005 na nova metodologia caiu de 19% para 16,5% do PIB. Este fato dificulta muito a meta contida no PAC, de o país chegar em 2010 com um taxa de investimentos de 25% do PIB. O que não impede, no entanto, que o país cresça 5%, mesmo alcançando

em 2010 uma taxa de investimento de apenas 21% ou 22% do PIB.

Mas o principal problema de política macroeconômica econômica hoje, e para o qual o PAC não tem solução no curto prazo, é a excessiva valorização do real que vem detonando cadeias produtivas de setores importantes da indústria brasileira.

Esta valorização está ligada a fatores bem concretos: a) valorização das commodities, que aumentaram expressivamente o saldo comercial brasileiro nos últimos anos; b) farta liquidez internacional, o que significa muitos dólares à disposição; c) o conservadorismo do Banco Central na política de juros, que garante o caneco para o Brasil de campeão mundial dos juros reais.

Não há dúvidas de que este é um problema novo para os brasileiros. Durante toda a década de 90 o grande perigo dos ataques especulativos era o de desvalorizar a moeda nacional. Agora ocorre o contrário: a moeda nacional ameaça valorizar-se ainda mais em relação ao dólar, o que é excelente para o controle da inflação, mas péssimo para a competitividade da indústria brasileira, pressionada por importações cada vez mais baratas e por crescentes dificuldades de colocar seus produtos lá fora.

Como uma das bases da política macroeconômica brasileira é a livre flutuação cambial, resta ao BC enxugar os dólares que sobram no mercado financeiro, o que impede uma queda maior ainda do preço do dólar. Ter uma reserva significativa em moeda estrangeira é saudável, mas esta política está perto do seu limite. Além de claramente não ser suficiente para resolver o problema da valorização do real.

Os dados da indústria em 2006 demonstram que o problema do câmbio é crucial: cresceu apenas 2,6%, contra 3,1% em 2005 e 8,3% em 2004. Setores intensivos em mão-de-obra, e que sofrem grande concorrência internacional passaram por momentos difíceis tais como têxtil, vestuário, calçados e couros, madeira e produtos de metal.

Devido à influência que a política monetária tem sobre o câmbio, não haverá solução para o problema da sobrevalorização do real, enquanto a taxa de juros básica do país, a Selic, não descer a níveis mais baixos. Com a maior taxa real de juros do mundo (projetada para este ano para uns 8,45%), há uma profusão de dólares no mercado, que vêm em busca de rendimentos que só o mercado brasileiro oferece. E com a vantagem adicional de um risco que cai a cada semana. Só quando a taxa de juros ceder a um patamar menor o BC poderá perseguir uma taxa de câmbio mais adequada que garanta ao mesmo tempo, o controle da inflação, e a competitividade da indústria brasileira.

Certamente a política monetária não é a única causa da sobrevalorização. O saldo comercial também contribui muito também na medida em que eleva a oferta de dólares. De certa forma, a valorização do real é também fruto da melhoria dos indicadores brasileiros: inflação sob controle, equilíbrio nas contas públicas, etc. É muito difícil, definir a importância relativa na apreciação cambial entre a política de juros e o saldo comercial. Mas a natureza destas duas causas é muito diversa. Enquanto o saldo comercial reflete a competitividade da economia brasileira em determinado momento, os dólares obtidos com o diferencial interno e externo de juros têm objetivo puramente especulativo.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesse www.dieese.org.br.

3 - INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 – Mercado de Trabalho

Em comportamento típico para o período, taxa de desemprego aumentou em fevereiro de 2007. As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, no mês em análise, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 3.052 mil pessoas, 116 mil a mais que no mês anterior (Tabela 1). Sem registrar aumento desde abril de 2006, a **taxa de desemprego** total elevou-se de 15,3%, em janeiro, para 15,9%, em fevereiro. A taxa de desemprego aberto cresceu de 9,8% para 10,2% e a de desemprego oculto, de 5,5% para 5,7%, nesse período.

TABELA 1
Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Fev/06	Jan/07	Fev/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06	Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06
População em Idade Ativa	31.071	31.575	31.626	51	555	0,2	1,8
População Economicamente Ativa	18.947	19.152	19.145	-7	198	0,0	1,0
Ocupados	15.885	16.217	16.094	-123	409	-0,8	2,6
Desempregados	3.261	2.936	3.052	116	-209	4,0	-6,4
Em Desemprego Aberto	2.059	1.876	1.961	85	-98	4,5	-4,8
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	816	704	718	14	-98	2,0	-12,0
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	386	355	373	18	-13	5,1	-3,4

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.
(1) Correspondem ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Em fevereiro, o contingente de ocupados diminuiu pelo segundo mês consecutivo. A eliminação de 123 mil ocupações resultou no acréscimo de 116 mil pessoas ao contingente de desempregados, número levemente atenuado pela saída de 7 mil pessoas do mercado de trabalho. O contingente de ocupados foi estimado em 16.094 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.145 mil, no mês em análise.

Comparado a fevereiro de 2006, o nível de ocupação cresceu 2,6%, o que representou, em termos absolutos, a criação de 409 mil ocupações no total das regiões pesquisadas. Nesse período, 198 mil pessoas entraram no mercado de trabalho e 209 mil deixaram a situação de desemprego. A taxa de participação diminuiu de 61,0% para 60,5% no período analisado.

TABELA 2
Taxas de Desemprego

Tabela 2 Taxas de Desemprego Regiões Metropolitanas Fevereiro/06-Fevereiro/07			
Regiões Metropolitanas	Fev/06	Jan/07	Fev/07
Total	17,2	15,3	15,9
Distrito Federal	19,5	17,6	17,9
Belo Horizonte	15,5	12,0	12,9
Porto Alegre	13,6	12,2	12,3
Recife	20,8	20,7	20,4
Salvador	23,8	22,1	22,3
São Paulo	16,3	14,4	15,3

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

De acordo com a Tabela 2 taxa de desemprego total aumentou na maioria das regiões pesquisadas: Belo Horizonte (7,5%), São Paulo (6,3%), Distrito Federal (1,7%) e Salvador (0,9%). Em

Porto Alegre, essa taxa manteve-se relativamente estável e, em Recife, diminuiu 1,4%.

Entre os setores de atividade analisados, houve retração do número de postos de trabalho na **Indústria** (2,5%), nos **Serviços** (0,6%) e no agregado **Outros Setores** (2,5%) e variações positivas na **Construção Civil** (0,9%) e no **Comércio** (0,8%), conforme Tabela 3.

TABELA 3
Ocupação por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Tabela 3 Estimativas de Ocupados, segundo Setores de Atividade Regiões Metropolitanas (1) Fevereiro/06-Fevereiro/07						
	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Fev/06	Jan/07	Fev/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06	Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06	Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06	
Total	15.685	16.217	16.094	-123	409	-0,8	2,6
Indústria	2.553	2.598	2.533	-65	-20	-2,5	-0,8
Comércio	2.578	2.716	2.738	22	160	0,8	6,2
Serviços	8.280	8.633	8.583	-50	303	-0,6	3,7
Construção Civil (2)	801	812	819	7	18	0,9	2,2
Outros (3)	1.473	1.458	1.421	-37	-52	-2,5	-3,5

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT e convênios regionais.
(1) Correspondem ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.
(2) Inclui reformas e reparação de edificações.
(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Na comparação com fevereiro de 2006 foram gerados postos de trabalho no **Comércio** (6,2%), nos **Serviços** (3,7%) e na **Construção Civil** (2,2%). Na **Indústria** e no agregado **Outros Setores** registraram-se retrações de 0,8% e 3,5%, respectivamente.

Por posição na ocupação, a estimativa de assalariados no setor privado variou negativamente (0,4%), com forte retração entre os assalariados sem carteira de trabalho assinada (5,1%) e pequena elevação entre aqueles com carteira assinada (0,9%). No setor público, o nível ocupacional diminuiu 1,0%. Também entre os trabalhadores autônomos e domésticos houve decréscimo, de 0,7% e 3,3%, respectivamente (Tabela 4).

TABELA 4
Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Fev/06	Jan/07	Fev/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06	Fev-07/ Jan-07	Fev-07/ Fev-06
Total	15.685	16.217	16.094	-123	409	-0,8	2,6
Total de Assalariados	10.107	10.628	10.567	-61	460	-0,6	4,6
Setor Privado	8.400	8.784	8.752	-32	352	-0,4	4,2
Com Carteira Assinada	6.471	6.850	6.915	65	444	0,9	6,9
Sem Carteira Assinada	1.928	1.935	1.837	-98	-91	-5,1	-4,7
Setor Público	1.706	1.831	1.813	-18	107	-1,0	6,3
Autônomos	2.981	3.040	3.018	-22	37	-0,7	1,2
Empregados Domésticos	1.351	1.317	1.274	-43	-77	-3,3	-5,7
Outros (2)	1.246	1.232	1.235	3	-11	0,2	-0,9

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.
(1) Correspondem ao total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.
(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

No comparativo com fevereiro de 2006 o número de assalariados no setor privado aumentou 4,2%, em decorrência de sua elevação entre aqueles com carteira de trabalho assinada (6,9%), uma vez que para os que não a possuíam houve retração (4,7%). No setor público, o assalariamento

creceu 6,3% e o contingente de autônomos elevou-se em 1,2%. Já o número de empregados domésticos diminuiu 5,7%, no período analisado.

Entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007, o rendimento médio real dos ocupados no conjunto das regiões diminuiu 1,0%, passando a equivaler a R\$1.032,00. O salário médio apresentou decréscimo semelhante (0,8%), passando a corresponder a R\$1.102,00. O rendimento médio real dos ocupados reduziu-se em Porto Alegre (3,0%), São Paulo (1,4%) e Recife (0,8%) e oscilou positivamente em Belo Horizonte (0,9%), Salvador (0,5%) e no Distrito Federal (0,5%).

Quanto ao mercado de trabalho formal brasileiro, os dados da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) mostram que o nível de emprego celetista cresceu 0,53% em fevereiro frente ao mês anterior. Esse resultado positivo foi resultado de uma movimentação de admitidos que superou em 148.019 vínculos a de demitidos.

Em termos setoriais, as maiores contribuições ao resultado positivo de fevereiro vieram dos serviços, que criou 62.828 novos postos, da indústria de transformação, responsável pela geração de 30.792 empregos, e da agropecuária (21.973).

Os ramos da indústria que sobressaíram foram os da borracha (+ 6.440 postos), da metalurgia (+5.625 postos), o têxtil (+ 4.957 postos) e o de calçados (+4.157 postos).

São Paulo (+ 83.410 postos), Minas Gerais (+ 17.452) e Santa Catarina (+ 14.683) são os estados que mais abriram postos de trabalho, enquanto Pernambuco (-16.188 postos) e Alagoas (-10.897 postos) reduziram o número de trabalhadores com carteira assinada.

3.2 – Taxas de Inflação

A manutenção das taxas de inflação em níveis semelhantes aos de economias estáveis e abaixo das metas oficiais, tem sido um fator importante de sinalização e garantia de estabilidade na economia brasileira, tanto interna como externamente.

TABELA 1
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2007

Período	<i>(em %)</i>		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
ACUMULADO 2007	1,41	1,36	1,26
DATA BASE 1º DE ABRIL DE 2007	2,61	3,30	2,96

Fonte: DIEESE e IBGE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Em março, o custo de vida no município de São Paulo apresentou variação de 0,25%, taxa 0,04 ponto percentual (pp) superior a de fevereiro (0,21%). O cálculo é do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - que aponta os aumentos da Alimentação (1,06%) e Saúde (0,15%) como os de maior impacto para a elevação do Índice do Custo de Vida (ICV). Estes dois grupos contribuíram, respectivamente com 0,27 pp e 0,02 pp para a taxa apurada, que foi parcialmente compensada pela retração verificada em grupos como Vestuário e Transporte, que juntos reduziram a taxa do mês em - 0,03 pp.

Nos últimos 12 meses – entre abril de 2006 e março último - a inflação acumula uma alta de 2,62%, e neste trimestre (de janeiro a março deste ano) sua taxa é de 1,42%. A taxa anual por estrato de renda é maior para as famílias com menor nível de rendimento, estrato 1, (3,41%). As relativas aos estratos 2 (2,50%) e 3 (2,53%) são menores e muito semelhantes. No primeiro trimestre de 2007, a inflação afetou as famílias de forma decrescente, sendo maior para aquelas do estrato 3 (1,60%) e menores para os demais estratos de renda: 2º (1,22%) e 1º (1,15%).

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda[§] para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE, encontram-se na Tabela 2.

[§] O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	Fevereiro 2007 %	Março 2007 %	Diferença pp.
Geral	0,21	0,25	0,04
Estrato 1	0,14	0,37	0,23
Estrato 2	0,16	0,27	0,11
Estrato 3	0,27	0,21	-0,06

Fonte: DIEESE

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice de março teve variação de 0,37% e ficou abaixo da taxa de 0,44% registrada no mês anterior. No primeiro trimestre de 2007, o IPCA situou-se em 1,26%, abaixo do acumulado no mesmo período do ano passado (1,44%). Nos últimos doze meses, o acumulado atingiu 2,96%, ficando pouco abaixo do registrado nos doze meses imediatamente anteriores (3,02%). Em março de 2006, o índice havia sido 0,43%.

O recuo do índice em relação ao mês passado explica-se pelo retorno do grupo Educação (0,02%) à estabilidade pois, em fevereiro, refletindo a típica aplicação dos reajustes de início do ano letivo, esse grupo tivera alta de 3,48% e fora responsável

pela maior parte do índice daquele mês. Por outro lado, em março, os alimentos aumentaram 0,98% (após subirem 0,78% em fevereiro) e continuaram exercendo pressão sobre o índice.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões. O INPC variou 0,44% em março, pouco acima do resultado de fevereiro (0,42%). O acumulado do primeiro trimestre do ano situou-se em 1,36%, maior do que no ano passado (0,88%). Nos últimos doze meses, a taxa ficou em 3,30%, também acima do resultado (3,12%) relativo aos doze meses imediatamente anteriores. Em março de 2006, o índice fora 0,27%. Na apuração do índice os produtos **alimentícios** subiram 1,10%, enquanto os **não alimentícios** aumentaram 0,19%.

3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em março de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo

líquido** necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Março 2007

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)
Fortaleza	156,40	48,39	98h 19min	17,66
Rio de Janeiro	192,26	59,48	120h 51min	12,18
Aracaju	149,77	46,34	94h 08min	8,84
Curitiba	182,15	56,35	114h 30min	8,44
Salvador	149,58	46,28	94h 01min	10,96
Porto Alegre	192,94	59,69	121h 17min	3,60
João Pessoa	147,62	45,67	92h 47min	10,26
Natal	151,44	46,85	95h 11min	7,62
São Paulo	192,86	59,67	121h 14min	5,94
Belém	168,24	52,05	105h 45min	7,05
Florianópolis	176,41	54,58	110h 53min	4,63
Recife	152,83	47,28	96h 04min	15,66
Belo Horizonte	190,11	58,82	119h 30min	10,86
Brasília	180,27	55,77	113h 19min	4,90
Vitória	174,12	53,87	109h 27min	10,08
Goiânia	156,64	48,46	98h 28min	2,76

Fonte: DIEESE

O salário mínimo necessário estimado deveria ser, em março, R\$ 1.620,89, (4,63 vezes o mínimo vigente), valor superior ao apurado em fevereiro, quando correspondia a R\$ 1.562,25 e ao verificado para março de 2006 (R\$ 1.489,33).

** Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Em março, na média das 16 capitais pesquisadas, a compra da cesta básica requereu, do trabalhador que ganha salário mínimo, o cumprimento de uma jornada de 106 horas e 36 minutos. Em fevereiro, a mesma aquisição necessitava a execução de uma jornada de 102 horas e 37 minutos, enquanto em março de 2006 eram necessárias 110 horas e 55 minutos. Quando se considera o salário mínimo líquido verifica-se que em março 52,47% do valor recebido deveria ser destinado aos produtos essenciais, enquanto no mês anterior eram exigidos 50,51%, e em março de 2006, 54,59%.

Fonte: DIEESE E IBGE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

4 – DESEMPENHO SETORIAL

4.1 – Indústria Geral

Segundo pesquisa do IBGE, em fevereiro de 2007, a produção industrial variou 0,3%. Na comparação com fevereiro de 2006, a indústria cresceu 3,0%. No primeiro bimestre de 2007, o setor acumulou acréscimo de 3,8% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, permanece praticamente estável na passagem de janeiro (2,9%) para fevereiro (2,8%). Com a taxa de 0,3% observada no total da indústria entre janeiro e fevereiro, após variação de -0,4% no mês anterior, o patamar de produção volta ao nível recorde atingido em dezembro de 2006.

Na comparação com janeiro de 2007, dos vinte e três ramos analisados, quatorze apresentaram crescimento. Entre aqueles que exerceram impacto positivo, destacam-se refino de petróleo e produção de álcool (4,1%), refletindo o aumento em derivados de petróleo, após paralisação em algumas refinarias ocorrida em janeiro; material eletrônico e equipamentos de comunicações (7,4%), que mostra crescimento após dois meses em queda, período em que acumulou perda de 6,1%; e alimentos (1,8%), que completa a seqüência de quatro taxas positivas, acumulando ganho de 4,2%. As principais pressões negativas vieram de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-5,7%), máquinas e equipamentos (-2,6%) e metalurgia básica (-2,9%). Vale mencionar que essas atividades vinham em expansão, tendo atingido em janeiro taxas de 8,2%, 5,9% e 3,0%, respectivamente.

Na comparação fevereiro 2007/fevereiro 2006, a indústria cresceu 3,0%, com dezessete ramos pesquisados assinalando aumento de produção. Os maiores impactos positivos sobre o índice global, por ordem de importância, vieram de máquinas e equipamentos (10,1%); alimentos (4,9%); metalurgia básica (9,1%); máquinas para escritório e equipamentos de informática (29,6%); outros produtos químicos (6,7%); e indústria extrativa (6,3%). Os principais itens responsáveis pelo desempenho favorável dessas atividades foram, respectivamente: fornos de microondas e refrigeradores; suco de laranja e açúcar cristal; lingotes, blocos e tarugos e bobinas de aço ao carbono; computadores e monitores; herbicidas e fertilizantes; minério de ferro e petróleo. As pressões negativas mais relevantes vieram da farmacêutica (-7,0%), edição e impressão (-5,1%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (-4,9%), influenciados, respectivamente, pelo recuo na fabricação de medicamentos, impressos diversos para fins industriais e televisores.

No primeiro bimestre o indicador apresentou crescimento de 3,8%, frente a igual período de 2006, refletindo o aumento em dezessete atividades. A fabricação de máquinas e equipamentos (13,7%) manteve a liderança em termos de impacto sobre o índice geral, cabendo aos itens fornos microondas e refrigeradores os maiores destaques. Outras contribuições positivas relevantes vieram de alimentos (5,4%), sobretudo em função da expansão na produção de suco de laranja e açúcar cristal; e do setor de máquinas para escritório e equipamentos de informática (34,8%). Em sentido oposto, entre as dez atividades em queda, destacaram-se material eletrônico e equipamentos de comunicações (-9,0%) e refino de petróleo e produção de álcool (-3,4%).

Na análise regional a produção industrial na passagem de janeiro para fevereiro, apresentou expansão em 7 dos 14

locais investigados. Todas as áreas com crescimento apresentaram taxas acima da média nacional (0,3%), com destaque para São Paulo (2,3%). Entre as áreas com redução na produção, destacaram-se Rio de Janeiro (-5,4%), Bahia (-6,0%), Amazonas (-6,7%) e Goiás (-10,1%).

TABELA 1

**Indicadores Conjunturais da Indústria
Resultados Regionais
Fevereiro/2007**

Locais	Taxa de Variação (%)			
	Mês/Mês *	Mensal	Acumulado Jan-Fev	Acumulado 12 Meses
Amazonas	-6,7	-12,0	-2,7	-4,0
Pará	-3,7	7,0	8,9	14,0
Região Nordeste	-0,4	3,2	4,0	3,5
Ceará	3,8	0,3	-2,8	6,2
Pernambuco	0,6	7,2	5,6	5,3
Bahia	-6,0	-0,2	3,3	2,6
Minas Gerais	-0,7	3,3	4,7	4,4
Espírito Santo	1,3	8,4	6,4	8,3
Rio de Janeiro	-5,4	-2,1	0,1	0,8
São Paulo	2,3	3,5	3,3	3,1
Paraná	2,6	8,3	5,7	0,3
Santa Catarina	1,1	3,3	2,8	0,5
Rio Grande do Sul	2,0	5,6	5,8	-0,8
Goiás	-10,1	0,8	9,2	3,4
Brasil	0,3	3,0	3,8	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

* ajustado sazonalmente

Mesmo com a atual taxa de câmbio estando desfavorável às exportações brasileiras, os Estados produtores de commodities voltadas ao mercado externo apresentaram os melhores desempenhos industriais do país no primeiro bimestre deste ano.

Os preços de commodities como petróleo, minério de ferro, soja e celulose garantiram a Goiás, Pará, Espírito Santo e

Paraná expansões industriais acima da média nacional (3,8%) para os dois primeiros meses de 2007. A indústria de Goiás, cuja produção cresceu 9,2% no primeiro bimestre, recebeu impacto positivo dos adubos e fertilizantes.

De acordo com uma pesquisadora do IBGE "Os Estados que produzem commodities sentem muito menos o peso do câmbio em termos de impacto, porque mantêm ainda o valor das commodities alto, o que compensa a perda de competitividade exportadora pelo câmbio".

Também de acordo com o IBGE o nível de emprego na indústria nacional aumentou 0,3% em fevereiro deste ano frente a janeiro. No confronto com fevereiro de 2006, o patamar de emprego industrial subiu 1%, oitavo mês com taxa anual positiva. Em 12 meses, o indicador teve alta de 0,2%, o que mostra "trajetória ascendente desde outubro de 2006".

Contribuíram para a elevação do pessoal ocupado 10 das 14 regiões pesquisadas e 11 dos 18 segmentos industriais, com destaque para São Paulo (2%), Nordeste (1,9%) e Norte e Centro-Oeste (2,4%). Segundo o IBGE, o segmento de alimentos e bebidas se destacou como principal influência positiva, com aumento de 7,6%, 4,7% e 11,5%, respectivamente.

Houve redução no contingente de trabalhadores no Rio Grande do Sul (-3,3%) e em Minas Gerais (-1%). Por setores, os destaques positivos foram alimentos e bebidas (6,1%), produtos de metal (5,1%) e meios de transporte (4,4%). Em contrapartida, calçados e artigos de couro, vestuário e madeira exerceram impacto negativo, com decréscimos de 8,2%, 6% e 5,8%, respectivamente.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística